

VIII Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação e X Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação

Recife, Pernambuco, Brasil, 14 a 17 de abril de 2025

Mecanismos institucionais de prevenção e enfrentamento às violências de gênero em universidades estaduais

Neiva Furlin*

A violência de gênero nas universidades vem se apresentando como um fenômeno social de nível global. Por outro lado, a produção acadêmica sobre a temática é ainda recente e evidência a existência de poucas políticas institucionais específicas para o enfrentamento das violências de gênero que ocorrem no ambiente universitário (Furlin, Tessaro, Bido, 2023).

A violência de gênero, sendo resultado das relações de poder (Scott, 2019) se conecta com as construções socioculturais acerca de papéis masculinos e femininos, que produzem hierarquias e desigualdades de gênero, privilegiando o universo masculino. De acordo com Sardenberg e Tavares (2016, p. 8), a violência de gênero diz respeito a qualquer “tipo de violência (física, social ou simbólica) que tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual”.

A universidade, como um espaço da construção do conhecimento e do pensamento crítico, não está imune das violências de gênero, já que suas estruturas estão atravessadas pela cultura machista e patriarcal da sociedade. (Souza, Costa, 2022). Desse modo, o debate sobre as violências de gênero vem ganhando espaço nas universidades brasileiras, sobretudo a partir das recorrentes denúncias feita por estudantes acerca de humilhações e estupros sofridos em festas universitárias, especificamente nos chamados “trotes” realizados em rituais de entrada na academia.

Embora o assédio, as discriminações e outras violências de gênero, que resultam das desigualdades de poder nas relações de gênero, historicamente se reproduziram nas estruturas institucionais, que são atravessadas pelas culturas sexistas e machista, a sua visibilidade no

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná; professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); líder do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Cidadania (GEPPeC), Joaçaba - SC, Brasil. neiva.furlin@unoesc.edu.br

contexto universitário é recente. Assim, as pesquisas vêm apontando que as universidades brasileiras ainda não possuem experiências na adoção e execução de políticas de enfrentamento que possibilite a devida diligência na averiguação de situações que são notificadas, bem como “no acolhimento e atendimento integral às vítimas, na adoção de medidas administrativas disciplinares e, principalmente, na promoção de ações que sensibilizem, eduquem e previnam a ocorrência da violência em contexto universitário” (Maito et al., 2019, p.11).

Diante das inúmeras denúncias de assédios e de outras violências e da pressão de coletivos feministas, algumas universidades têm criado mecanismos ou políticas para o enfrentamento das violências, seja por meio de prevenção ou de proteção e acolhimento das vítimas e responsabilização dos agressores (Almeida, 2017). Contudo, muitas dessas iniciativas foram possíveis a partir das mobilizações e manifestações que pressionaram a construção de estratégias para combater a violência de gênero no ambiente universitário

Portanto o objetivo deste estudo é evidenciar o mapeamento de mecanismos institucionais de gênero como comitês, comissões, secretarias, núcleos, entre outras instâncias específicas, criados em Universidades Estaduais das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, e as ações que estes mecanismos realizam, em vista da construção de uma cultura de igualdade/equidade e de enfrentamento das violências de gênero no ambiente acadêmico.

Trata-se de um estudo qualitativo do tipo exploratório e documental. O campo da pesquisa foram as Universidades e ou Faculdades Estaduais das Regiões Sul e Sudeste do Brasil e as informações foram levantadas por meio de consulta aos portais das universidades com o uso de descritores previamente definidos; busca no *site Google*, inserindo os mesmos descritores, porém combinados com o nome de cada universidade pesquisada; elaboração de um questionário na ferramenta *Google Forms*, cujo link foi enviado pelo e-mail a gestoras(es) e ou coordenadoras(es) de mecanismos já mapeados, com o intuito de validar os dados levantados buscar outras informações a respeito da existência ou outros mecanismos de gênero, já que os *sites* das universidades nem sempre são atualizados. O limite temporal foi o ano de 2022.

Os achados da pesquisa foram arquivados em uma base de dados e, posteriormente, sistematizados em quadros, tabelas e gráficos, a fim de favorecer o processo de análise e interpretação, tendo por base os pressupostos teóricos dos estudos de gênero.

Os resultados da pesquisa indicam que das 23 Universidades Estaduais, mapeadas nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, somente nove tinham algum mecanismo de gênero, perfazendo um total de 39%. E, desses apenas sete possuíam ações direcionadas para a prevenção e enfrentamento das violências de gênero. Esse tipo de mecanismo foi encontrado em três

Universidades do Estado de São Paulo, três do Paraná e uma de Santa Catarina, conforme se evidencia no Quadro 2.

Quadro 2 - Mecanismos com ações de prevenção enfrentamento às violências de gênero em Universidades Estaduais das Regiões Sul e Sudeste,

Mecanismo/ política	IES	Ano
Núcleo de Diversidades, Direitos Humanos e Ações Afirmativa (NUDDHA)	UDESC	2021
Comissão de Prevenção à Violência Sexual e de Gênero	UEL	2017
Assessoria de Igualdade e Promoção Social	Unioeste	2020
Canal de Escuta Gênero e Diversidade	UEPG	2021
Escritório USP Mulheres	USP	2016
Comissão de Gênero e Sexualidade	Unicamp	2020
Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidades e Equidade (CAADI)	Unesp	2022

Fonte: Elaboração da autora (2023)

E possível constatar que os mecanismos são uma criação muito recente, ou seja, a partir do ano de 2016, quando foi implantado o *Escritório USP Mulheres*, que ocorreu logo após as denúncias de abusos e casos de estupro envolvendo, principalmente o curso de medicina da USP, cujo fato ganhou repercussão nacional, a partir da instalação da “CPI dos trotes” na Alesp. Assim, podemos conceber que a criação recente de mecanismos ou políticas institucionais envolve um conjunto de processos mediante os quais as demandas se transformam em temas de decisões para a administração universitária. Ou seja, não são meros atos administrativos, mas produtos sociais elaborados dentro de um determinado contexto social, de uma estrutura de poder e de um projeto político (Gusmán, Salazar, 1992), os quais interagem com as demandas da comunidade acadêmica.

Quando olhamos para as ações que os mecanismos das Regiões Sul e Sudeste, realizam, verificamos que há maior incidência nas ações de acolhimento e encaminhamento das denúncias de violências e discriminação de gênero e de prevenção das violências, por meio de eventos formativos e produção de material pedagógico. São ações pautadas pela perspectiva de gênero, por levar em consideração as relações de poder e as desigualdades construídas nos processos de socialização, que produzem violência (Bandeira, 2004).

Ainda, que as políticas sejam algo recente e criadas em algumas universidades, elas são extremamente necessárias, uma vez que as consequências das violências e omissões, represálias e negligências das universidades, têm levado muitas mulheres estudantes, trabalhadoras e professoras universitárias a abandonarem o projeto acadêmico, o curso, além de sofrerem sequelas físicas e mentais, como dor de cabeça, traumas, depressão, insônia, abuso de álcool e outras drogas, queixas ginecológicas, como abortos, gravidez indesejada e repetida em curto espaço de tempo, doenças sexualmente transmissíveis, hemorragias, lesões e dores pélvicas (Porto, 2017).

Ressaltamos que universidades precisam não somente criar medidas para democratizar o acesso, mas também, políticas para prevenir e apurar situações de violências de gênero, que ocorrem no interior da instituição, como condição de garantir a permanência das mulheres e da população LGBTQIA+ no ensino superior. Para isso, as universidades podem dar uma contribuição específica por meio de processos educativos e implementação de políticas institucionais para o enfrentamento das violências no universo acadêmico, intensificando o debate sobre as relações de gênero como uma estratégia de mudança cultural e de ambientes mais seguros para as mulheres e pessoas LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Violência contra mulheres nos espaços universitários. In.: STEVENS, Cristina. et. al. **Mulheres e violência: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 384-399.

BANDEIRA, Lourdes M. **A transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília: CEPAL/SPM, 2004.

FURLIN, Neiva; TESSARO, Mônica; BIDO, Eloísa. Violência de gênero contra as mulheres em universidades: Análise da produção científica. **Revista Contexto & Educação**, Unijuí, v. 39, n.121, e13870, 2024.

GUZMÁN. Virginia; SALAZAR. Rebeca, El género en el debate de las políticas públicas. **Proposiciones**, Santiago de Chile, v.21, p.1-13, 1992.

MAITO, Deíse Camargo *et al.* Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Interface**, Botucatu, v. 23, e180653, 2019.

PORTO, Madge. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In.: STEVENS, Cristina. et. al. **Mulheres e violência: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 400-411.

SARDENBERG, Cecilia; TAVARES, Márcia. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**, Salvador: EDUFBA, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2019. p. 49-82.

SOUZA, Tatiana M. Carmo; COSTA, Carmem L. Políticas na academia para o enfrentamento às violências de gênero: sobre potências e manutenção de opressões. In: ALMEIDA Tânia M. Campos de; ZANELLO Valeska (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 493-509.